

Lei número 885 de 28 de outubro de 1973

Dispensa de assistência e responsabilidade técnica à construção econômicas e de outras providências.

ANSELMO RESS, Prefeito Municipal de Piedade, Estado de São

Paulista, e f. e.

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faz saber que a Câmara Municipal de Piedade decreta e ele-

va a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Não dispensada de assistência técnica e responsabilidade de profissional habilitado, a construção e reformas econômicas com as características abaixo discriminadas:

- a) - ser de apenas um pavimento e destinadas somente à habitação de interesse social;
- b) - não possuir e nem exigir cálculo estrutural;
- c) - ter área de construção não superior a 95 m² inclusive dependência para até três dormitórios e não superior a 60 m² para quando tiver quatro dormitórios; e
- d) - ser unitária não constituindo parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea.

**Artigo 2º** - A Prefeitura Municipal fornecerá plantas com as especificações mencionadas no artigo anterior aos proprietários que se interessarem em construir moradias econômicas de acordo com os projetos já elaborados pela municipalidade.

**Artigo 3º** - Na planta deverá figurar o nome e assinatura do autor do projeto com o número de sua carteira expedida pela CREA, seguida do nome e assinatura do proprietário.

**§ 1º** - Não será exigida na planta a assinatura do construtor cabendo ao proprietário a responsabilidade civil da obra.

**§ 2º** - A Prefeitura fornecerá a título de compensação uma placa indicativa de que se trata de moradia econômica a qual deverá ser colada pelo proprietário em frente a construção.

**Artigo 4º** - Com o requerimento pedindo aprovação do projeto, o interessado deverá entregar em duas vias uma declaração de que não é proprietário de outro imóvel e não ser aquele que pretende construir, que recebe uma renda mensal não superior a 2 (dois) salários mínimos vigentes não pagando e que está ciente e de responsabilidade da obra e punições a que esta está

Art. 2º

que está sujeito ao infringir os artigos e parágrafos da lei.

Art. 3º - Os dispositivos do artigo 1º desta lei, aplicam-se também às seguintes reformas, considerando-se como tais aquelas que atendam os seguintes requisitos:

- a) - ser executada no mesmo pavimento de prédio
- b) - não exigir estrutura ou
- c) - não requerer reconstrução. As alterações não ultrapassarão de 10 m2.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os dispositivos da lei municipal nº 682 de 18 de dezembro de 1961.

Piedade, Município de Piedade em 22 de outubro de 1971.

ARTHUR HESS  
Prefeito Municipal

Registada e publicada na data supra.

EUGENIO FALCO DA PAIXÃO  
Diretor Geral